

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

Processo: 0054/2017 Modalidade: Tomada de Preços Nº Modalidade: 2

Edital

A Prefeitura Municipal de Pouso Alto através da Comissão Permanente de Licitações, torna público, para o conhecimento de quantos possam interessar, que iniciou processo de licitação na modalidade de Tomada de Preços, nos termos da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, conforme descrição abaixo:

Objeto:

Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação de ruas no Distrito de Santana do Capivari, conforme projeto e descrição, Convênio nº 819467/2015- Ministério das Cidades.

Recebimento de envelopes: 08/05/2017 às 13:00 horas.

Abertura de envelopes - documentação: 08/05/2017 às 13:30 horas.

Abertura de envelopes - propostas: 15/05/2017 às 13:30 horas.

Endereço: Praça José Capistrano de Paiva

Outras informações e meios de contato estão dispostos no Anexo II deste Edital.

O presente segue as cláusulas e condições a seguir especificadas.

1 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1.1 - Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas que seus objetos contratuais sejam condizentes e pertinentes com o objeto licitado, que estejam cadastradas no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal ou que o façam no prazo e forma legal, e que satisfaçam as exigências deste Edital e seus Anexos;

1.2 - As Microempresas - **ME** e as Empresas de Pequeno Porte - **EPP** será concedido o tratamento diferenciado, conforme determina a Lei Complementar nº 123/2006 e suas posteriores alterações e as normas municipais, conforme dispuser o Anexo II, deste Edital;

1.2.1 - As microempresas - **ME** ou empresas de pequeno porte - **EPP** participantes deste processo e que desejarem fazer uso dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 e posteriores alterações, deverão informar sua condição no início da Sessão Pública, através de declaração, conforme modelo descrito no Anexo III deste Edital;

1.2.2 - Caso a microempresa - **ME** ou empresa de pequeno porte - **EPP** não apresente a declaração, como na forma estabelecida no subitem anterior, interpretar-se-á como tácita renúncia aos benefícios da LC nº 123/2006 e posteriores alterações;

1.2.3 - As condições do tratamento diferenciado à **ME** e/ou **EPP** para atender a obrigatoriedade de condicionantes previstas no art. 47 da LC nº 123/2006 e alterações posteriores, no que couber, estão explicitadas e dispostas no Anexo II deste Edital;

1.2.4 - Não será admitida a participação nesta licitação a empresa:

1.2.4.1 - concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação ou ainda, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;

1.2.4.2 - que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e/ou que esteja impedida de licitar e contratar com o Poder Público;

1.2.4.3 - que esteja reunida em consórcio ou coligação, e cujos sócios ou diretores pertençam a mais de uma firma licitante, simultaneamente;

1.2.4.4 - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; o servidor ou dirigente do órgão licitador.

1.3 - As empresas para participarem deste certame deverão estar adimplentes com o fisco Federal e

Estadual, e também Municipal da sede da Licitante;

1.4 - A documentação exigida para participar nesta licitação e que deverá ser apresentada como condição para habilitação está descrita no Anexo II deste Edital;

1.5 - A fidedignidade da documentação e informações apresentadas pela licitante são de sua inteira e exclusiva responsabilidade que, pelo descumprimento de alguma exigência ou informações prestadas de forma incorreta, imprecisa e/ou falsa, sujeitar-se-á aplicação das penalidades cabíveis.

2 - DO ACESSO AO EDITAL E INFORMAÇÕES SOBRE ESTA LICITAÇÃO

2.1 - Este Edital e seus Anexos estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Pouso Alto, com endereço eletrônico inserido no Anexo II deste Edital.

2.1.1 - Quaisquer informações sobre esta licitação poderão ser solicitadas junto à CPL - Comissão Permanente de Licitações e/ou no Departamento de Compras e Licitações, cujos endereços e horários de funcionamento constam no Anexo II deste Edital.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS

3.1 - A documentação (relacionada no Anexo II deste Edital) e as propostas deverão ser apresentadas, até o dia, horário e local mencionados no preâmbulo deste Edital, em ENVELOPES DISTINTOS e hermeticamente fechados, com as seguintes indicações:

3.1.1 - No envelope nº 1 da "Documentação" deverá estar escrito em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

ENVELOPE nº 1 - DOCUMENTAÇÃO

número do processo e número da modalidade
nome da empresa PROPONENTE e nº do CNPJ

3.2 - No envelope nº 2 da "Proposta" deverá estar escrito em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

ENVELOPE nº 2 - PROPOSTA

número do processo e número da modalidade
nome da empresa PROPONENTE e nº do CNPJ

3.3 - A **DOCUMENTAÇÃO** deverá ser apresentada em uma cópia autenticada, ou por publicações em imprensa oficial ou acompanhado original, ou ainda, conforme relação e descrição constante no Anexo II deste Edital;

3.3 - A **PROPOSTA** deverá ser apresentada em uma única via, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, se possível em papel timbrado da licitante, pois não sendo em papel timbrado obriga-se carimbar ou identificar a proposta com o CNPJ da empresa, e ainda ser escrita em linguagem clara e que não dificulte a exata compreensão de seu enunciado, obrigatoriamente estar assinada pelo representante legal da Licitante, com rubrica em outras folhas conforme o caso, e devendo conter:

3.3.1 - Número do processo licitatório e da modalidade;

3.3.2 - Razão social, endereço e CNPJ; também nº do telefone e e-mail da licitante para contato;

3.3.3 - Especificação clara, completa e detalhada do(s) item (ns) e/ou itens ofertado(s), produtos e serviços, como definidos nos Anexos I e II deste Edital;

3.3.4 - Marca dos produtos cotados, se determinado e conforme especificado nos Anexos I e II;

3.3.5 - prazo de garantia do(s) produto(s)/material(ais) e serviço(s) fornecidos;

3.3.6 - outras condições dispostas no Anexo II deste Edital.

3.4 - O (s) preço (s) deve (m) ser cotado (s) em moeda nacional, em algarismo, com centavos de no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Caso sejam apresentados preços com mais de duas casas decimais após a vírgula, o Presidente da CPL considerará apenas as duas primeiras casas decimais, sem qualquer tipo de arredondamento;

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

3.4.1 - Se a proposta for apresentada em percentual de desconto também deverá obedecer as mesmas condições deste item.

3.5 - Somente será aceito um preço ou percentual de desconto ofertado, conforme o caso, e a indicação de apenas uma marca, por item de produto.

3.5.1 - O preço do serviço deverá ser **cotado em separado** do material/produto;

3.6 - A Licitante poderá deixar de apresentar proposta, seja com preço ou com percentual de desconto para um ou mais itens, se assim for especificado nos Anexos I e II deste Edital.

3.7 - A licitante deverá indicar o seu preço, computar neste todos os custos básicos diretos e indiretos, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto, bem com frete, combustível, embalagens, cargas e descargas, e quaisquer outros para à plena e perfeita execução do fornecimento do objeto licitado durante a vigência do contrato firmado;

3.7.1 - Nas mesmas condições com o(s) percentual (ais) de desconto apresentado(s).

3.7.2 - Nas mesmas condições separando os preços do material (ais) produtos(s) do(s) serviço(s).

3.8 - Prazo de validade da Proposta deverá ser de, no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de entrega dos envelopes estipulada no preâmbulo deste Edital.

3.9 - A licitante deverá ter atenção redobrada quando da preparação da sua proposta e a oferta a ser feita por item e/ou por lote, seja na descrição e/ou no correspondente valor financeiro, tendo em vista a IMPOSSIBILIDADE DA DESISTÊNCIA da proposta após sua apresentação, seja de algum item ou itens, seja de item ou itens de um lote, ou de um lote por inteiro.

3.10 - A licitante, após ser declarada vencedora do certame, por item, itens ou lotes conforme o caso, não poderá exercer a vontade de desistir, tanto do item ou lote por inteiro ou ainda por algum item do lote, pois será entendido como comportamento inidôneo, reprovável e prejudicial à contratação pretendida pela Administração.

3.10.1 - A licitante, mesmo que tenha conhecimento da impossibilidade da desistência da proposta por inteira ou mesmo de algum item, após ser declarada vencedora, e ainda assim praticar tal ato, arcará com as penalidades cabíveis à espécie.

3.11 - Poderá ser solicitado da Licitante vencedora do certame a apresentação de amostras dos produtos a serem fornecidos, conforme especificar os Anexos I e II deste Edital.

4 - DAS SESSÕES PÚBLICAS

4.1 - As Sessões de apresentação dos envelopes, bem como o julgamento da documentação e das propostas serão públicas, nos dias e horários descritos no preâmbulo deste Edital;

4.2 - Nas sessões públicas, a Licitante poderá ser representada por procurador ou pessoa devidamente credenciada em instrumento escrito, firmado pelo representante legal da proponente, a quem seja conferido amplos poderes para representá-la em todos os atos e termos deste procedimento licitatório;

4.2.1 - No caso de representação, o procurador ou a pessoa credenciada deverá exibir o instrumento que o (a) habilita a representar a Licitante, antes do início da Sessão Pública de recebimento dos envelopes;

4.2.2 - Se o portador dos envelopes da Licitante não detiver instrumento de representação ou este não atender ao disposto no item 4.2, tal pessoa ficará impedida de se manifestar sobre quaisquer fatos relacionados com a presente licitação, no entanto, poderá assistir a Sessão Pública, não podendo interferir em qualquer assunto;

4.3 - No início da primeira Sessão Pública, quando se dá a análise e julgamento da documentação, os membros da CPL conferirão os envelopes recebidos (documentação e propostas) se estão hermeticamente fechados.

4.3.1 - Os membros da CPL rubricarão todos os envelopes e os apresentarão aos representantes das licitantes para conferência e também para serem por eles rubricados.

5 - DOS CRITÉRIOS E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

5.1 - Dando sequência à Sessão Pública, a CPL abrirá primeiramente os envelopes contendo a documentação para verificação da habilitação das licitantes;

5.1.1 - Todos os documentos contidos nos envelopes de habilitação serão rubricados pelos representantes das licitantes presentes e pelos membros da CPL.

5.2 - A CPL passa a conferir os documentos conforme as exigências constante do Anexo II do Edital;

5.2.1 - A CPL considerará habilitada(s) a(s) Licitante que tenha(m) cumprido integralmente todas as exigências contidas no Edital e seu Anexo II;

5.2.2 - A CPL considerará inabilitada(s) a(s) Licitante que não tenha(m) cumprido integralmente todas as exigências contidas no Edital e seu Anexo II;

5.3 - A ME ou EPP deverá apresentar a sua documentação como exigido no Anexo II deste Edital, observando as obrigações impostas para o recebimento dos benefícios da LC 123/2006 e suas posteriores alterações.

5.4 - A ME ou EPP deverá apresentar obrigatoriamente a sua regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, ainda que com alguma pendência ou restrição, de modo a gozar dos benefícios da sua regularização, pois não fazendo esta apresentação obrigatória a levará a condição de inabilitada;

5.5 - A ME ou EPP que apresentar a sua regularidade fiscal com alguma pendência ou restrição terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para a respectiva regularização;

5.5.1 - Este prazo poderá ser prorrogado por igual período se de interesse da Administração e desde que não prejudique a efetiva execução do objeto.

5.6 - Os documentos listados no Anexo II do Edital, para fins de habilitação, poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC da Prefeitura Municipal, desde que esteja em plena validade.

5.7 - A CPL após verificar todos os documentos das licitantes e fazer as considerações de habilitação e de inabilitação, proferirá e fará publicar o resultado desta fase processual - Julgamento da Documentação, listando as licitantes consideradas habilitadas a continuar no certame e as licitantes consideradas inabilitadas que não continuarão processo.

5.8 - Após esta proclamação, a CPL abrirá prazo de recurso para esta fase processual;

5.8.1 - A intimação para intentar recurso terá o seu prazo contado a partir da publicação da Ata no site da Prefeitura, sendo que as licitantes presentes ficarão intimadas a partir da assinatura da Ata.

5.9 - Decorrido o prazo para apresentação de recurso desta fase processual - julgamento da habilitação ou se nenhum tiver sido interposto ou após o julgamento daqueles intentados, o resultado será publicado no site da Prefeitura, com cópia enviada por e-mail para as licitantes.

5.10 - Será lavrada ata circunstanciada desta Sessão Pública de recebimento dos envelopes e da abertura dos envelopes da documentação, que poderá ser assinada pelos representantes das licitantes presentes e, obrigatoriamente, assinada pelos membros da CPL;

5.11 - Uma vez proferido o resultado do Julgamento da Documentação, estando presentes todos os representantes legais das licitantes e havendo resistência expressa da interposição de recurso até esta fase processual e fazendo constar na respectiva Ata esta decisão, a CPL poderá dar continuidade à Sessão Pública e proceder à abertura dos envelopes contendo as propostas de preço para realizar o competente julgamento.

5.12 - Não sendo possível a condição do item anterior, dentro do prazo legal, após julgar os recursos impetrados, acontecerá à Sessão Pública de Julgamento das Propostas na data e horário descritos no preâmbulo do Edital, ou em outra data e horário designados, com publicação no site da Prefeitura e com comunicação por e-mail para as licitantes habilitadas.

5.13 - Após a homologação deste processo licitatório, os envelopes contendo as propostas das licitantes consideradas inabilitadas ficarão com a CPL à disposição das licitantes para devolução.

5.13.1 - Quando não houver interesse da Licitante em retirar o seu envelope com a proposta apresentada, no prazo de até 30 (trinta) dias, o mesmo será incinerado.

5.14 - O desatendimento em qualquer dos itens das exigências da "Documentação", se simplesmente formal, sem que interfira e preserve a competitividade do certame. Bem como no sigilo das propostas e o interesse

público, em ato fundamentado, poderá ser relevado pela CPL.

5.15 - Os documentos que vierem autenticados em cartórios localizados no Estado de Minas Gerais deverão, obrigatoriamente, trazer em todas as suas folhas o selo de autenticação, conforme alínea C, inciso I, art. 11 da Portaria Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG de 11 de março de 2005;

5.15.1 - Os documentos autenticados em outros Estados da Federação deverão possuir autenticação em cartório, com o respectivo selo, na forma da respectiva legislação estadual;

5.16 - As licitantes interessadas, que apresentarem seus documentos em cópia reprográfica para serem autenticados pela CPL, deverão fazê-lo antes do horário determinado para início da Sessão Pública, pois após o seu início nenhum documento poderá ser autenticado.

5.17 - Os documentos apresentados, **sob pena de inabilitação**, deverão estar em nome da empresa licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e o endereço respectivo, observando-se que:

5.17.1 - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

5.17.2 - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

5.17.3 - se a licitante for matriz, e a executora do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, **simultaneamente**;

5.17.4 - serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.18 - Qualquer documento incluído no processo licitatório não será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

5.19 - Toda a documentação apresentada neste processo são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

6 - DOS CRITÉRIOS E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 - Ao reiniciar a Sessão Pública para Julgamento das Propostas, os envelopes são novamente conferidos, antes de sua abertura. Se houver qualquer danificação ou indício de violação nos envelopes, qualquer licitante poderá fazer o seu protesto, obrigando a CPL constar na Ata a ocorrência. Se necessário e conveniente a Sessão poderá ser suspensa, ou se dará continuidade, mas de modo a garantir o exame da ocorrência, posteriormente.

6.2 - Todos os documentos contidos nos envelopes das propostas deverão ser rubricados pelos representantes das licitantes presentes e pelos membros da CPL;

6.3 - O Julgamento da presente licitação será feito pelo **MENOR PREÇO** ou **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL**, **conforme dispuser os Anexos I e II deste Edital**, que considerará vencedora a Licitante que, atendendo às exigências deste Edital e de seus Anexos, ofereceu a proposta mais vantajosa para a Administração da Prefeitura Municipal de Pouso Alto, de acordo com o estabelecido na Lei que rege esta licitação;

6.3.1 - As condições de julgamento das propostas, pelo **MENOR PREÇO** ou **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL**, se por item, por lote ou se de forma global, serviços com fornecimento de materiais/ produtos, e outras condições e exigências estão especificadas no Anexo II deste Edital;

6.3.2 - Não serão aceitas propostas em envelopes abertos ou enviadas por fac-símile ou ainda por outro meio de comunicação;

6.3.3 - Para o julgamento de **BENS DE NATUREZA DIVISÍVEL**, será reservada cota estabelecida em percentual e que constará dos Anexos I e II deste Edital, conforme o caso.

6.4 - A proposta apresentada por Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP será analisada e julgada com os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e posteriores alterações, se houver declaração nos moldes do Anexo III do Edital constando no envelope nº 1 - Documentação.

6.5 - A CPL julgará e considerará **CLASSIFICADA** a proposta apresentada pela Licitante que atender as exigências do Edital e seus Anexos, bem como estiver com os valores descritos de forma clara, bem ainda

com todas as especificações exigidas no Anexo I;

6.6 - A CPL julgará e considerará DESCLASSIFICADA a proposta apresentada pela Licitante que não atender as exigências do Edital e seus Anexos, estiver com os valores acima daquele estipulado como máximo a ser pago ou que seja inexequível, com a descrição de forma imprecisa ou incompleta e sem as especificações exigidas no Anexo I.

6.7 - A CPL - Comissão Permanente de Licitações fará classificação das propostas em ordem decrescente de valor ou crescente quando for por percentual de desconto, conforme o caso, de modo a demonstrar a Licitante classificada em primeiro lugar.

6.8 - A CPL - Comissão Permanente de Licitações, mediante a classificação, preferirá e fará publicar o resultado do Julgamento das Propostas, indicando como VENCEDORA do certame a Licitante classificada em primeiro lugar por ter apresentado a melhor e mais vantajosa proposta para a execução do objeto lícitado.

6.8.1 - A ordem de classificação das licitantes deverá ser obedecida, caso haja desistência da primeira classificada e outras licitante seja convocada para assumir a contratação, e assim sucessivamente até que o contrato seja efetivamente executado.

6.9 - Havendo EMPATE das propostas de preços, os critérios de desempate, no que couber, serão aqueles estatuídos no § 3º, art. 45 da LC 123/2006 e no § 2º, do art. 45 da Lei nº 8.666/93;

6.9.1 - Entende-se por EMPATE aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando apresentada por empresa não enquadrada nas condições de ME ou EPP.

6.9.2 - Entende-se também por EMPATE quando as propostas sejam apresentadas com valores iguais e as empresas ofertantes não sejam enquadradas como ME ou EPP.

6.9.3 - Também ocorrerá EMPATE no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no percentual referido no item 6.9.1, quando será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta e assim sucessivamente entre as classificadas.

6.9.4 - O CRITÉRIO DE DESEMPATE - preferência de contratação, SOMENTE SERÁ APLICADO quando a melhor proposta inicial **não tiver sido apresentada por ME ou EPP**.

6.10 - Quando duas ou mais propostas ficarem empatadas, em absoluta igualdade de valor e condições, a classificação far-se-á por sorteio, em ato público, na própria Sessão, quando se tratar de EMPATE entre empresas não enquadradas na condição de ME e EPP;

6.11 - Quando duas MEs ou EPPs ficarem empatadas, em absoluta igualdade de condições, a classificação far-se-á por sorteio na mesma Sessão Pública, de forma que seja indicada aquela que será a primeira a receber a preferência;

6.12 - Quando o EMPATE se der entre empresa não enquadrada como ME e/ou EPP e estas, será assegurado o critério de DESEMPATE com PREFERÊNCIA para as MEs e EPPs;

6.13 - Depois da aplicação dos critérios de desempate, a ME ou EPP beneficiada com a preferência de contratação poderá apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, no prazo de 30 min (trinta minutos), após o encerramento do julgamento das propostas, sob pena de preclusão.

6.13.1 - Quando a ME ou a EPP considerada como primeira classificada for convocada para apresentar a sua nova proposta de preço nas condições do item anterior e não o fizer, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura estejam enquadradas na condição de preferência, pela ordem de classificação, obedecendo o mesmo prazo referido acima.

6.14 - A ME ou EPP apresentando sua nova proposta de preço nos moldes referidos será indicada como VENCEDORA do certame e lhe será assegurado o direito da adjudicação do objeto lícitado.

6.15 - Na hipótese do não aceite da ME ou EPP não apresentar nova proposta que seja melhor e mais vantajosa, o objeto lícitado será adjudicado em favor da Licitante que ofertou a proposta originalmente vencedora do certame.

6.16 - A CPL - Comissão Permanente de Licitações preferirá e fará publicar o resultado do Julgamento das

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

Propostas em ordem decrescente de vantajosidade para a Licitadora, indicando para a contratação a Licitante que ofertou a melhor proposta.

6.16.1 - A publicação será veiculada no site da Prefeitura Municipal de Pouso Alto com endereço constante no Anexo II deste Edital.

6.17 - Após esta proclamação, a CPL abrirá prazo de recurso para esta fase processual;

6.18 - Lavrar-se-á Ata circunstanciada do Julgamento das Propostas, que poderá ser assinada pelas licitantes presentes e obrigatoriamente pelos membros da CPL.

7 - DA HOMOLOGAÇÃO, DA ADJUDICAÇÃO E DA ASSINATURA DO CONTRATO

7.1 - Decorrido o prazo de recurso de julgamento das propostas e nenhum tendo sido interposto, ou denegados, ou ainda julgados os que tenham sido postulados, seguir-se-á o presente processo à autoridade competente ou superior, conforme o caso, para a homologação do processo e a respectiva adjudicação da vencedora à execução do objeto a ser contratado;

7.1.1 - Após a homologação, publicar-se-á o resultado no site da Prefeitura, endereço eletrônico a constar no Anexo II deste Edital e no quadro de avisos da Licitadora e/ou em jornal de circulação local e regional.

7.2 - A Licitante adjudicada será convocada para assinar o contrato administrativo e deverá fazê-lo no prazo legal ou no prazo estipulado no Anexo II deste Edital, de modo a iniciar a execução do objeto licitado como previsto;

7.3 - Na hipótese do não aceite da ME ou EPP, adjudicada nos termos dos benefícios concedidos pela LC 123/2006, não aceitar a contratação na forma prevista, o objeto licitado será adjudicado em favor da Licitante que ofertou a proposta originalmente vencedora do certame.

7.4 - Quando a Licitante adjudicada for convocada dentro do prazo de validade da proposta e não acatar a convocação para assinar o Contrato Administrativo, será convocada outra licitante, observando a ordem de classificação, para assumir a avença, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis para as desistentes.

7.5 - Na hipótese da ME ou EPP adjudicada não aceitar a contratação nos termos dos benefícios concedidos e previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO CONTRATADO

8.1 - A prestação de serviços com fornecimento de materiais/produtos do objeto desta licitação deverá ser efetivamente executado, mediante apresentação da Ordem de Serviço - OS, emitida pelo Departamento de Compras e Licitações ou por outro Departamento ou Setor formalmente designado para esta função/atividade;

8.1.1 - Nenhum serviço poderá ser prestado ou material/produto fornecido sem a apresentação da Ordem de Serviço - OS, pois a Administração NÃO SE RESPONSABILIZARÁ POR SERVIÇO NÃO AUTORIZADO.

8.2 - A Licitante vencedora do certame deverá prestar os serviços do objeto licitado, por item, por lote ou de forma global, conforme o caso, nas exatas condições especificadas na proposta apresentada e com as exigências constantes nos Anexos I e II deste Edital.

8.3 - A Prefeitura Municipal de Pouso Alto se reserva o direito de recusar no todo ou em parte, conforme o caso, item ou itens do objeto licitado que não atender(em) as especificações requisitadas, ou ainda que for(em) considerado(s) inadequado(s) para satisfazer o Contrato Administrativo firmado;

8.4 - A Prefeitura Municipal de Pouso Alto não aceitará prestação de serviços com fornecimento de materiais do objeto licitado, de itens e/ou lotes ou de forma global, sem apresentação da respectiva OS - Ordem de Serviço, bem como desconforme a esta;

8.5 - Quando houver recusa dos serviços prestados e/ou de material/produto fornecido, a Licitante deverá corrigir, reparar ou substituir o(s) serviços e/ou produto(s) fornecido(s) em desconformidade, sem que lhe caiba qualquer ajuste e/ou indenização.

8.6 - Todas as condições, especificações, obrigações da execução contratual, prazo de vigência e outras complementares estão dispostas no Anexo VII - Minuta Contratual, bem como Anexos I e II deste Edital.

9 - DA ALTERAÇÃO, TRANSFERÊNCIA, GARANTIA E FISCALIZAÇÃO

9.1 - A Prefeitura Municipal de Pouso Alto poderá, se necessário, acrescer ou diminuir quantitativamente o objeto da presente licitação ou outras condições de execução, de forma unilateral, respeitado ao disposto nos arts. 57, 58 e 65 da legislação que rege esta licitação, no que couber;

9.2 - A Licitante não poderá ceder, transferir ou subcontratar o objeto desta licitação, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual, salvo se de interesse da Prefeitura Municipal de Pouso Alto.

9.3 - Será de responsabilidade da Licitante, durante a execução do objeto licitado, a garantia pela procedência, condições, qualidade, e outros atributos inerentes aos serviços prestados e materiais/produtos fornecidos, bem como pelas normas especificadas pelos órgãos de controle, bem ainda de outras condições complementares, conforme consignadas nos Anexos I e II deste Edital.

9.4 - A licitante adjudicada se responsabilizará pelos encargos sociais, previdenciário, trabalhista e tributário de qualquer espécie, que incidam ou venham incidir sobre o objeto da presente licitação, bem como por qualquer dano direto ou indireto causado à Administração licitadora, seja a seus servidores ou a terceiros;

9.5 - A Licitante adjudicada obriga-se a aceitar a Ordem de Serviço - OS ou assinar o contrato respectivo no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou em outro estipulado no Anexo II deste Edital, a contar da convocação ou da publicação do resultado do julgamento deste processo;

9.6 - A licitante adjudicada terá que manter, durante toda a vigência do contrato as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a sua execução.

9.7 - A Prefeitura Municipal de Pouso Alto designará um servidor para fiscalizar a execução do Contrato Administrativo a ser firmado.

10 - DO VALOR (preço) E DO PAGAMENTO

10.1 - O valor máximo que será pago nesta licitação está disposto nos Anexos I e II deste Edital.

10.2 - O preço deve ser cotado e apresentado, unitário e globalmente, em algarismos, em moeda oficial do país, com duas casas de centavos de real, já incluídos os tributos e encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, fretes, seguros e todos os outros custos que incidam ou venham incidir na execução do objeto, devendo o valor global ser apresentado também por extenso;

10.2.1 - O preço deve ser cotado e apresentado de forma separada para o serviço e para o fornecimento de materiais/produtos;

10.3 - Havendo dúvidas na descrição do preço, prevalecerá a descrição por extenso.

10.4 - O pagamento será efetuado mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, junto a área financeira desta Prefeitura Municipal, conforme disposto no Anexo II deste Edital, obrigatoriamente com apresentação de:

10.4.1 - certificado de Regularidade Fiscal do FGTS

10.4.2 - certidão negativa de débito - CND do INSS

10.4.3 - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT

10.4.4 - outras exigências que constarem nos Anexos I e II deste Edital.

10.5 - A Licitante adjudicada somente estará apta ao recebimento dos direitos pela prestação dos serviços com fornecimento de materiais/produtos dos itens do objeto, mediante notas fiscais que se fizerem acompanhar das ordens de serviços - OS expedidas pelo Departamento de Compras e Licitações ou por outro Setor designado para esta função.

11 - DA RESCISÃO, DAS PENALIDADES E DO RECONHECIMENTO

11.1 - A Prefeitura Municipal de Pouso Alto poderá rescindir o contrato de prestação de serviços com fornecimento de materiais/produtos se ocorrer a qualquer das hipóteses previstas na Lei que rege esta

licitação, em especial aquelas do art. 78, salvo de interesse e autorizado pela Licitadora;

11.2 - A Licitante adjudicada que se recusar assinar o Contrato Administrativo, que se recusar a acatar a Ordem de Serviço - OS, que ensejar o retardamento da execução do objeto licitado, que não mantivera proposta, que comportar-se de modo inadequado ou apresentar qualquer declaração falsa, estará sujeita à aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com esta Administração Licitadora, pelo prazo de até cinco anos, além de outras cominações legais.

11.3 - A recusa da Licitante adjudicada em assinar o Contrato Administrativo ou se comportar inadequadamente em prejuízo da Administração ou ainda retardar a execução do objeto licitado está sujeita a multa de no percentual de 5% (cinco por cento) do valor da contratação, além de outras cominações legais.

11.4 - A inexecução, total ou parcial, das obrigações assumidas pela adjudicada, caracterizará a sua inadimplência, e sujeitando-se às penalidades constantes na Minuta Contratual - Anexo VII, tais como: advertência, multa e suspensão de contratar com a Administração Municipal Licitadora;

11.4.1 - A penalidade de advertência prevista neste item será aplicada pela Administração, de ofício ou mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do objeto.

11.5 - A Licitante, por sua simples participação no certame, declara reconhecer os direitos da Administração Licitadora em caso de rescisão administrativa das obrigações na execução do objeto licitado.

11.6 - As demais condições e o alcance da aplicação das penalidades aqui previstas, garantindo sempre o direito do contraditório e à ampla defesa, estão dispostas na Minuta Contratual - Anexo VII deste Edital.

12 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a realização da Sessão do Pregão, no endereço constante no Anexo II deste Edital, cabendo a CPL decidir sobre a petição no prazo de até três dias úteis.

12.2 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a Licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da Sessão Pública. A partir de então, qualquer intento será totalmente intempestivo e não será hábil a suspender o curso do certame.

12.3 - A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não a impedirá a participação da impetrante no processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

12.3.1 - Acolhida a petição contra o Ato Convocatório, quando for o caso, será designada nova data para a realização da Sessão Pública do certame.

13 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DAS CONTRARRAZÕES

13.1 - Além dos direitos assegurados nesta Licitação, caberão os recursos sobre as decisões pertinentes, na forma legal e previstos pela Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, com prazos contados da intimação do ato ou da lavratura da Ata, para os casos de:

13.1.1 - Habilitação ou Inabilitação;

13.1.2 - Julgamento das Propostas;

13.1.3 - Homologação, Anulação ou Revogação da Licitação.

13.2 - O recurso será dirigido à Autoridade Superior, por intermédio do agente que praticou o ato recorrido, no prazo legal, o qual poderá reconsiderar sua decisão e se não o fizer, deverá fazê-lo subir, com as devidas informações. Nesse caso, a decisão deverá ser proferida no prazo legal.

13.3 - As razões de recurso, e das contrarrazões, conforme o caso, deverão ser protocolizadas no prazo legal, no Departamento de Compras e Licitações, nos dias úteis e no horário normal de expediente, que serão imediatamente encaminhadas à Assessoria Jurídica.

13.3.1 - A ausência da protocolização de recurso ou de contrarrazões, no prazo legal, configurará preclusão deste direito.

13.4 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5 - Decidido, quando for o caso, os recursos por ventura interpostos, a CPL declarará a vencedora da licitação, ou vencedora por item ou por lote, conforme o caso, e encaminhará os autos do processo à Autoridade Superior para deliberar sobre a homologação do certame.

13.6 - Das decisões de aplicação de penalidade caberão recursos que deverão ser protocolizados no Departamento de Compras e Licitações, no prazo legal ou aqueles dispostos nas notificações.

13.7 - A Administração não se responsabiliza para conhecer os recursos enviados pelo correio, telefax, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em Lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada no Departamento de Compras e Licitações.

13.8 - Todas as decisões proferidas mediante conhecimento de recursos e contrarrazões, serão publicadas no site da Prefeitura Municipal, endereço eletrônico constante no Anexo II deste Edital.

14 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas com a prestação de serviços com fornecimento de materiais/produtos do objeto licitado correrão à conta dos recursos provenientes da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
07.00.26.782.0008.1033.4.4.90.51

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - A Prefeitura Municipal de Pouso Alto poderá revogar a presente licitação, por interesse público ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação sempre em despacho fundamentado, sem que caiba as licitantes quaisquer indenizações ou reclamações;

15.2 - Findo o prazo de recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e das propostas, data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, não será permitida em hipótese alguma, a participação de licitante que comparecer após o prazo, como também a retificação da documentação de habilitação e/ou das propostas;

15.2.1 - A CPL não se responsabilizará por envelopes enviados pelos Correios ou protocolizados em outros Setores administrativos e que não se encontrem diretamente à disposição da CPL no momento da abertura da Sessão Pública, de modo a serem rubricados pelos presentes.

15.3 - Decairá do direito de solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente Edital, o interessado que não se manifestar até o segundo dia útil que anteceder a sessão de entrega dos envelopes contendo a documentação e proposta;

15.4 - Os autos do presente processo licitatório somente terão vistas franqueadas as Licitantes a partir da intimação das decisões recorríveis;

15.5 - Nenhuma despesa poderá ser debitada à Administração licitadora, seja com tributos, encargos sociais, transporte ou qualquer outra que não tenha sido incluída no preço da proposta;

15.6 - Somente terão direito de usar da palavra durante as sessões públicas, de rubricar documentos contidos nos envelopes da "Documentação de Habilitação" e da "Proposta", de fazer reclamações, assinar as atas e interpor recursos, os representantes das licitantes devidamente credenciados, além dos membros da CPL;

15.7 - A CPL poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligências objetivando esclarecer ou complementar as informações que possam instruir e elucidar questões pendentes do processo, sendo vedado juntar outros documentos não apresentados no momento oportuno;

15.8 - A licitante poderá participar da presente licitação, orçando todos os itens ou aquele que lhe convier, salvo disposição em contrário prevista nos Anexos I e II deste Edital;

15.9 - Desde que esteja especificamente solicitado nos Anexos I e II deste Edital, a Licitante se obriga à apresentação de amostras, catálogos, manuais, prospectos, folhetos, croquis, etc, e demonstrará todos os materiais referentes ao objeto da licitação, sem nenhum ônus para a Administração licitadora, sob a pena de ter sua proposta desclassificada;

15.10 - As empresas licitantes são responsáveis administrativa, civil e criminalmente pela fidelidade das

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

informações e documentos apresentados;

15.11 - A simples participação, viabilizada pela apresentação de documentação e proposta, caracterizará a aceitação e o pleno conhecimento, pela licitante, das condições expressas neste Edital e seus Anexos, prevalecendo sempre, em caso de divergências, o disposto no Edital;

15.12 - O presente Edital foi previamente analisado pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal, constante de parecer anexado ao processo;

15.13 - Os casos omissos e dúvidas com relação a presente licitação, como também deste Edital, serão resolvidos pelos membros da CPL, bem como informações complementares poderão ser obtidas nos dias úteis, em horário comercial, no Setor de Compras e Licitações desta Prefeitura Municipal.

15.14 - O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta licitação é o da Comarca de <COMARCA>.

15.15 - Integram presente, os anexos abaixo:

- 15.15.1** - Anexo I - Descrição do objeto licitado - Termo de Referência
- 15.15.2** - Anexo II - Relação da Documentação e outras condições para a Execução
- 15.15.3** - Anexo III - Modelo de Declaração de Enquadramento de Direitos da ME e EPP
- 15.15.4** - Anexo IV - Modelo de Declaração - requisitos para habilitação
- 15.15.5** - Anexo V - Modelo de Declarações legais
- 15.15.6** - Anexo VI - Modelo da Proposta de Preços (Comercial)
- 15.15.7** - Anexo VII - Minuta do Contrato Administrativo

POUSO ALTO. 31 de março de 2017

Maria Joana Pires Ribeiro
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

Processo: 0054/2017 Modalidade: Tomada de Precos Nº Modalidade: 2

Anexo I do Edital de Tomada de Precos

Descreve e regulamenta as solicitações

Memorial descritivo:

TERMO DE REFERÊNCIA

Obra: Pavimentação de 05 Trechos de Vias Públicas.

Local: Bairros Santana do Capivari, Matadouro e Centro - Município de Pouso Alto - MG.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Colocação de 01 placa de obra: 2,00x1,25 em chapa galvanizada modelo MCIDADES, disponível no site www.caixa.gov.br <<http://WWW.caixa.gov.br>>, na seção downloads, assunto gestão urbana.

Levantamento Planimétrico: foi executado levantamento planimétrico "in loco" para elaboração do projeto de engenharia.

A Regularização e compactação do terreno será executado pela prefeitura municipal com equipamentos apropriados.

Meio fio de concreto (100x15x13x20)- fornecimento e assentamento: as guias serão fabricadas com fck de 25 MPA de resistência e serão assentados de forma uniforme e regular sob solo em valas de 15 cm de espessura, será instalado meio fio dos dois lados da rua a ser pavimentada.

Execução de Colchão de areia E= 08 cm: Será executado colchão de areia com 8 cm no mínimo de espessura e declividade de 3%, conforme especificações técnicas exigidas, a fim de escoar as águas pluviais do meio da rua para as laterais.

Pavimento articulado para tráfego médio E= 8 cm 25x 25 de diâmetro e fck >35 mpa: Será executada pavimentação em Bloquetes de concreto de espessura 8 cm. As peças serão assentadas de forma nivelada e regular obedecendo à declividade de 3 % de inclinação.

Drenagem Pluvial: Serão utilizadas as drenagens Pluviais superficiais através de sarjetas em trecho reto, 15x25 e fck 25 mpa com juntas a cada 2m.

Calçadas públicas: Deverão ser executado passeio (calçadas), ou seja, passeios de concreto nas 02 laterais da Rua a ser pavimentada na largura de 1,20 m, espessura de 7 cm, fck de 12 mpa e com juntas de dilatação de madeira a cada 2 m e execução de rampa de acessibilidade com piso podotátil de 20x20, num total de 7,68m², conforme projeto.

Requisição: 0054/001

Dotações: 07.00.26.782.0008.1033.4.4.90.51

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor máximo
1	SERVIÇOS PRELIMINARES - Placa de obra 2,00 x 1,25 em chapa galvanizada modelo MCIDADES, disponível no site www.caixa.gov.br , na seção downloads, assunto Gestão	m ²	2,5	R\$ 395,67
2	Execução de pavimentação da Rua Luiz Carlos da Silva - Trecho B. Santana do Capivari (largura 6,00x14,00 de comprimento) - Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré fabricado, dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos. AF 06/2016 c/ escav. e reaterro.	m	112,8	R\$ 38,56
3	Execução de pavimentação da Rua Luiz Carlos da Silva - Trecho B. Santana do Capivari (largura 6,00x14,00 de comprimento) - Execução de sarjeta de concreto usinado in loco, em trecho reto, 25cm base x 15 altura. AP/06/2016	m	112,8	R\$ 31,98

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

Requisição: 0054/001

Dotações: 07.00.26.782.0008.1033.4.4.90.51

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor máximo
4	Execução de pavimentação da Rua Luiz Carlos da Silva - Trecho B. Santana do Capivari (largura 6,00x14,00 de comprimento) - Piso em bloco sextavado 25x25cm, espessura 8cm, FCK=35mpa e Assentado sobre colchão de areia espessura 8cm	m2	310.2	R\$ 54.19
5	Execução de pavimentação da Rua Luiz Carlos da Silva - Trecho B. Santana do Capivari (largura 6,00x14,00 de comprimento) - Execução de passeio (calçada) em concreto, 12MPA (cimento/areia/seixo rolado) preparo mecânico e espessura de 7cm, com junta de dilatação em madeira e execução de rampa de acessibilidade com piso podotátil, conforme projeto.	m2	135.36	R\$ 41.53
6	Execução Pavimentação de trecho da Rua Antônio Rodrigues da Fonseca - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 72,50 de comprimento) - Assentamento de guia (meio-feio em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos. AF_06/2016_ c/ escavação e reaterro.	m	156	R\$ 38.56
7	Execução Pavimentação de trecho da Rua Antônio Rodrigues da Fonseca - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 72,50 de comprimento) - Execução de sarjeta de concreto usinado in loco, em trecho reto 25cm base x 15 altura. AP/06/2016.	m	156	R\$ 31.98
8	Execução Pavimentação de trecho da Rua Antônio Rodrigues da Fonseca - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 72,50 de comprimento) - Piso em bloco sextavado 25x25cm, espessura 8cm, FCK = 35 mpa e assentado sobre colchão de areia espessura 8cm.	m2	429	R\$ 54.19
9	Execução Pavimentação de trecho da Rua Antônio Rodrigues da Fonseca - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 72,50 de comprimento) - Execução de passeio (calçada) em concreto, 12MPA (cimento/areia/seixo rolado) preparo mecânico e espessura de 7cm, com junta de dilatação em madeira e execução de rampa de acessibilidade com piso podotátil, conforme projeto.	m2	187.2	R\$ 41.53
10	Execução Pavimentação da Rua Mariana Rabelo Rodrigues - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 166,20 de comprimento) - Assentamento de guia (meio-fio) em trecho, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x20 (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos. AF_06/2016 c/ escavação e reaterro.	m	332.4	R\$ 38.56
11	Execução Pavimentação da Rua Mariana Rabelo Rodrigues - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 166,20 de comprimento) - Execução de sarjeta de concreto usinado in loco em trecho reto 25cm base x 15 altura. AP/06/2016.	m	332.4	R\$ 31.98
12	Execução Pavimentação da Rua Mariana Rabelo Rodrigues - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 166,20 de comprimento) - Piso em bloco sextavado 25x25cm, espessura 8cm, FCK = 35 mpa e assentado sobre colchão de areia espessura 8cm.	m2	914.1	R\$ 54.19
13	Execução Pavimentação da Rua Mariana Rabelo Rodrigues - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 166,20 de comprimento) - Execução de passeio (calçada) em concreto, 12MPA (cimento/areia/seixo rolado) preparo mecânico e espessura de 7cm, com junta de dilatação em madeira e execução de rampa de acessibilidade com piso podotátil, conforme projeto	m2	398.88	R\$ 41.53

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

Requisição: 0054/001

Dotações: 07.00.26.782.0008.1033.4.4.90.51

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor máximo
14	Execução Pavimentação da Rua Dorcas Ribeiro Rodrigues - Trecho - B. Santana do Capivari (6,00 largura x 163,35 comprimento) - Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos. AF 06/2016 c/escav. e reaterro	m	326.7	R\$ 38.56
15	Execução Pavimentação da Rua Dorcas Ribeiro Rodrigues - Trecho - B. Santana do Capivari (6,00 largura x 163,35 comprimento) - Execução de sarjeta de concreto usinado in loco, em trecho reto 25cm base x 15 altura. AP/06/2016.	m	326.7	R\$ 31.98
16	Execução Pavimentação da Rua Dorcas Ribeiro Rodrigues - Trecho - B. Santana do Capivari (6,00 largura x 163,36 comprimento) - Piso em bloco sextavado 25x25cm, espessura 8cm, FCK = 35mpa e assentado sobre colchão de areia espessura 8cm	m2	898.43	R\$ 54.19
17	Execução Pavimentação da Rua Dorcas Ribeiro Rodrigues - Trecho - B. Santana do Capivari (6,00 largura x 163,35 comprimento) - Execução de passeio (calçada) em concreto 12MPA (cimento/areia/seixo rolado) preparo mecânico e espessura de 7cm com junta de dilatação em madeira e execução de rampa de acessibilidade com piso podotátil, conforme projeto.	m2	392.04	R\$ 41.53

Valor máximo total R\$ 250.964.:

Forma de execução:

Maria Joana Pires Ribeiro
Presidente da CPL

Processo: 0054/2017 Modalidade: Tomada de Precos Nº Modalidade: 2

Anexo II do Edital - Descreve e Reaulmenta as Solicitações

Objeto:

1 - DA DOCUMENTAÇÃO

A empresa licitante deverá apresentar os documentos abaixo listados em cópia autenticada, ou acompanhados dos originais para autenticação pela CPL, e estarem em plena validade.

- a) A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos em cópia autenticada, ou acompanhados dos originais para autenticação pela Comissão Permanente de Licitações, e estarem em plena validade.
- b) Os documentos que vierem autenticados em cartórios localizados no estado de Minas Gerais deverão, obrigatoriamente, trazer em todas as suas folhas o selo de autenticação, conforme alínea C, inciso I, art. 11 da Portaria Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG de 11 de março de 2005;
- c) No caso em que os documentos serão autenticados pelos membros da CPL, o licitante deverá apresentá-los no período compreendido entre os 02 (dois) dias anteriores à abertura do Processo ou até 30 (trinta) minutos antes da fase de Credenciamento, devendo, formalmente, identificar a intenção de autenticar documentos, com a indicação do número do processo, o número da modalidade e o objeto do certame;
- d) Nos dias em que houver autenticação, salvo no dia da realização do certame, o período para a autenticação de documentos será das 08h às 16h;

1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);

1.2.2 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

1.2.3 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

1.2.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão e/ou documento similar emitida pela Secretaria competente do Município. ou Certidão

Positiva com efeitos de Negativa;

1.2.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

1.2.6 - Prova de regularidade relativa à seguridade social - **INSS**, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, apresentada na forma conjunta com a certidão da Fazenda Federal;

1.2.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**, emitida pelo T.S.T. (Tribunal Superior do Trabalho) - Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

1.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.3.1 - Comprovação de registro ou inscrição da empresa no CREA ou no CAU/BR, em ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

1.3.1.1 - Para empresas com sede em outro Estado da Federação será exigido o visto do CREA/MG na certidão do CREA de origem.

1.3.2 - Comprovação de **CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**, através de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, com formação em engenharia civil, detentor de atestado de responsabilidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, devidamente acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico do CREA ou do CAU/BR, com itens compatíveis e similares ao que consta do projeto e planilhas da descrição do objeto.

1.3.3 - Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos Atestados de Capacitação:

1.3.3.1 - Os atestados ou certidões e/ou contrato (s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

a) Nome do contratado e do contratante;

b) Serviços executados.

1.3.4 - O (s) atestado (s), certidão (ões) e/ou contrato (s) que não atender as características citadas nas condições acima, não será considerado pela Comissão Permanente de Licitações.

1.3.5 - Deverá a comprovação do vínculo entre a empresa e o profissional se dar através de cópia autêntica do registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou dos recolhimentos do FGTS;

1.3.5.1 - Se o responsável técnico for sócio da empresa, esta comprovação deverá ser feita pelo Contrato Social, devidamente registrado no Órgão competente;

1.3.5.2 - A comprovação do vínculo de trabalho também poderá se dar através de contrato particular de prestação de serviço devidamente registrado em cartório.

1.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.4.1 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período do IGP-DI da FGV, ou outro indicador que o venha substituir;

1.4.2 - Se necessário à atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo contador;

1.4.3 - As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item, mediante apresentação de Balanço de Abertura, ou do último Balanço Patrimonial levantado;

1.4.4 - Serão considerados aceitos como na Forma da Lei. o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

demonstrações contábeis assim apresentados: publicados em Diário Oficial; publicados em Jornal; por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante; ou ainda, por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

1.4.5 - O capital social da empresa Licitante não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor global orçado para a contratação do objeto licitado, conforme estipulado e descrito no Anexo II;

1.4.6 - Análise Contábil Financeira, preenchida e assinada pelo Contador, conforme modelo do Anexo VI;

1.4.6.1 - Será considerada apta a empresa que atingir os índices mínimos de:

Liquidez Corrente = (igual) ou > (maior) que **1,00** onde: AC

PC

Solvência Geral > (maior) que **1,00** onde: AT

PC + ELP

Índice de Endividamento Geral < (menor) que **0,50** onde: PC + ELP

AT

LEGENDA: **AC** = Ativo Circulante **PC** = Passivo Circulante **RPL** = Realizável à Longo Prazo
PL = Patrimônio Líquido **AT** = Ativo Total **ELP** = Exigível à Longo Prazo

1.4.7 - Apresentar Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida no máximo, 90 (noventa) dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de Documentação.

1.5 - DAS DECLARAÇÕES

1.5.1 - Declaração de que a empresa licitante não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666/93;

1.5.2 - Declaração de inexistência de qualquer fato impeditivo para a habilitação da licitante no presente processo licitatório;

1.5.3 - Declaração que a licitante disporá de mão de obra, equipamentos, máquinas, ferramentas e materiais suficientes e necessários para executar o objeto licitado.

1.6 - CONDIÇÕES PRELIMINARES PARA HABILITAÇÃO

1.6.1 - O representante da Licitante deverá na abertura da Sessão Pública para entrega dos envelopes, apresentar a Carta de Credenciamento;

2 - DA VISITA TÉCNICA

2.1 - A Visita Técnica fica marcada para os dias **24, 25 e 26 de abril de 2017** com início impreterivelmente às **13h (treze horas)** para que as Licitantes interessadas compareçam a sede da Prefeitura Licitadora na sala de licitações na Praça José Capistrano de Paiva 2º piso, com seus representantes em qualquer um dos dias estabelecidos acima em horário anterior ao marcado, de forma a se credenciarem para a visita técnica.

2.1.1 - A Visita Técnica não é obrigatória, no entanto, a licitante não tomando ciência do local e das condições da execução da obra, assume todas as responsabilidades por falta do conhecimento in loco que a Administração Municipal está possibilitando.

2.2 - A Visita Técnica será dirigida por Engenheiro designado pela Licitadora.

2.3 - O RT - responsável técnico da empresa licitante deverá obrigatoriamente apresentar ao dirigente da visita técnica, antes do seu início, a sua carteira do CREA e o respectivo credenciamento de representatividade exclusiva para este processo licitatório.

2.4 - Após a efetivação da visita técnica será fornecido o "Termo de Visita Técnica";

3 - DO JULGAMENTO

3.1 - A proposta para a execução do objeto da presente licitação, que engloba toda a mão de obra, o fornecimento de materiais, a disponibilização de equipamentos e ferramental necessários à perfeita execução e conclusão da obra será analisada e julgada pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ofertado, considerando o somatório de todos os itens da planilha orçamentária.**

3.2 - Para efeito de desempate:

3.2.1 - Se duas ou mais propostas forem apresentadas em igualdade de preços será efetivado o disposto no § 2º, do art. 45, da Lei nº 8.666/93;

3.2.2 - Será garantido o direito em caso de empate as MEs e EPPs, conforme preceitua a Lei Complementar nº 123/2006 e posteriores alterações.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: (envelope nº 2)

4.1 - No envelope nº 2 "Proposta", devidamente fechado e lacrado, deverá constar a proposta de preço, em 01 (uma) via, digitada ou escrita de forma legível, sem emendas, entrelinhas ou rasuras, rubricadas em todas as vias e assinada ao final, juntamente com a planilha orçamentária de custos, devendo constar, sob pena de desclassificação:

4.1.1 - Valor da proposta de acordo com as planilhas orçamentárias de custos básicos de serviços e materiais conforme, inseridos na tabela do Anexo I deste Edital e que deverá ser apresentada pela Licitante com preços para o período total de 4 (quatro) meses, expressos por extenso e em moeda corrente nacional;

4.1.2 - indicação da empresa: razão social, endereço completo e CNPJ/MF;

4.1.3 - número do processo licitatório;

4.1.4 - o prazo da validade da proposta;

4.1.5 - o prazo de execução da prestação dos serviços;

4.1.6 - dados bancários para efetivação dos pagamentos;

4.1.7 - telefone e/ou e-mail para contato;

4.1.8 - as assinaturas exigíveis pertinentes;

4.2 - O valor total da proposta, a ser apresentada pela Licitante, considerando a planilha orçamentária de custos, inserida na tabela do Anexo I do Edital, deverá cobrir todas as despesas com a execução total do objeto licitado, deverá ser expresso por extenso e em moeda corrente nacional, **separando** os valores a serem destinados à mão de obra e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e correlatos, daqueles destinados aos custos com os materiais a serem aplicados e outros constantes da planilha apresentada, de forma a atender a IN RFB 971/2009;

4.2.1 - Na planilha orçamentária de custos de serviços e fornecimento de materiais, inserida na tabela do Anexo I, deverá constar, obrigatoriamente, a respectiva **fonte** e a **composição do BDI**, por item, em conformidade com o Acórdão do TCU nº 2622/2013;

4.2.2 - Não poderão compor os custos, BDI (benefícios e despesas indiretas) com a administração local, instalação do canteiro da obra, acompanhamento, mobilização e desmobilização (mão-de-obra e equipamentos), bem como os tributos de natureza personalística, tais como o IRPJ (imposto de renda de pessoa jurídica) e CSSL (contribuição social sobre o lucro).

4.3 - Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital;

4.4 - No preço total da proposta deverão estar inclusos todos os tributos, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, insumos, impostos e lucro, ou seja, todas as despesas diretas e indiretas, que venham incidir sobre a execução do objeto deste processo licitatório;

4.5 - Validade da "Proposta", será de no mínimo, 90 (noventa) dias;

4.6 - A apresentação da proposta pela licitante significa o pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.

5 - DA ASSINATURADO CONTRATO E DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

5.1 - A vencedora do certame estará obrigada a realinhar sua proposta de preços em todos os seus itens, considerando o percentual do valor total da planilha orçamentária de custos da Prefeitura Licitadora e o valor total da planilha vencedora, e apresentá-la no ato da assinatura do contrato.

5.2 - A Licitante estará obrigada a assinar o contrato administrativo e aceitar a Ordem de Serviço - OS, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar de adjudicação deste processo licitatório.

5.2.1 - Este prazo poderá ser prorrogado por igual período, se justificadamente requerido.

5.3 - No ato da assinatura do contrato administrativo a empresa adjudicada deverá, obrigatoriamente, apresentar a garantia de execução do contrato em qualquer das modalidades constantes do art. 56 da Lei nº 8.666/93, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato a ser assinado.

5.3.1 - A apresentação da garantia referida é condição obrigatória para a efetivação do contrato e a sua não apresentação no prazo estipulado provocará a anulação da adjudicação emitida e a consequente convocação da licitante a seguir classificada para assumir a contratação.

5.3.2 - O prazo da garantia do contrato deverá ter validade não inferior a 90 (noventa) dias da data prevista para o encerramento da sua vigência do contrato, de modo a cumprir a apresentação da baixa da obra junto ao INSS, para que a conclusão da contratação seja aceita definitivamente.

5.3.3 - Havendo qualquer alteração na vigência prevista para o encerramento do contrato, a garantia contratual deverá ser renovada, de modo a cumprir o subitem anterior.

6 - DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E REAJUSTES

6.1 - O PRAZO PARA EXECUÇÃO da obra constante do objeto - prestação dos serviços com o fornecimento de materiais será de 6 (seis) meses a contar da assinatura do contrato.

6.1.1 - A execução da obra será conforme dispõe o cronograma físico-financeiro, através de medições por itens efetiva e completamente executados.

6.2 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando a economia extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição do Contratante para a justa remuneração da execução da obra, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

6.3 - Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela Contratada, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos seguindo a mesma metodologia da planilha apresentada na proposta e a realinhada na assinatura do contrato e a respectiva documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc.), que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

6.4 - Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender a execução da obra e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

7 - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

7.1 - O preço total máximo a ser pago pela execução global da obra e que corresponde o somatório de todos os itens da tabela do Anexo I, do Edital fica estipulado em **R\$250.964,31 (duzentos e cinquenta mil, novecentos e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos)**.

7.1.1 - O valor total a ser ofertado será irrevogável, ressalvando fatos imprevisíveis que possam prejudicar a execução da obra, devidamente comprovados na forma legal.

7.2 - O pagamento será efetuado POR MEDICÃO, de acordo com a execução dos serviços, obedecendo ao

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

cronograma físico-financeiro previamente estabelecido, após 5 (cinco) dias a contar da apresentação da fatura/nota fiscal, depois de ser conferida e atestada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e as providências técnicas de baixa dos itens executados, pelo Departamento de Compras e Licitações.

7.3 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida, discriminando em separado o valor da mão de obra e encargos com os custos com o fornecimento de materiais, de modo a atender a IN RFB nº 971/2009.

7.4 - Para que seja efetivado o pagamento, deverá acompanhar as faturas/notas fiscais, o competente atestado da execução do objeto e o Certificado de Regularidade com o FGTS e a Certidão Negativa Débito para com o INSS, como também a cópia da respectiva GFIP, devidamente quitada com o nome do responsável técnico pelas informações, com identificação do número do seu registro no órgão competente.

7.5 - Como condição para recebimento do valor referente à primeira medição, a empresa contratada deverá apresentar o Certificado de Matrícula da Obra, expedido pelo INSS e a ART de execução da obra, junto ao CREA/MG.

7.6 - Como condição para que a garantia da execução contratual seja devolvida, a empresa contratada deverá apresentar o Certificado de Baixa da Obra junto ao INSS, até 15 (quinze) dias antes do prazo determinado para o ato da entrega definitiva da obra, condição para o aceite final, dentre outras condições verificadas na vistoria final pela fiscalização do contrato.

7.6.1 - Caso a contratada não cumpra a referida obrigação, a Administração Municipal poderá executar a garantia contratual para fazer frente às despesas e providências com junto ao INSS para obter o Certificado de Baixa da Obra, além da aplicação de outras penalidades cabíveis à espécie.

8 - DA PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E INFORMAÇÕES

8.1 - Os atos administrativos desta licitação serão publicados no site da Prefeitura Municipal: www.pousoalto.mg.gov.br <<http://www.pousoalto.mg.gov.br>>

8.2 - Além da publicação no site da Prefeitura, os resultados serão enviados para as licitantes pelos endereços constantes nas propostas de preços.

8.3 - Maiores informações pelo telefone (35) 3364.1206 ou pelo e-mail: pmpa.compras@hotmail.com <<mailto:pmpa.compras@hotmail.com>>

8.4 - As empresas interessadas em participar do certame poderão também solicitar cópia deste edital diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Alto, localizado na Praça José Cabistrano de Paiva, nº 69. Centro. Pouso Alto - MG.

Processo: 0054/2017 Modalidade: Tomada de Precos Nº Modalidade: 2

Anexo VIII

DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede à, Nº....., em, na qualidade de participante nesta licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de, DECLARA para todos os fins de direito, estar sob o regime de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP e se enquadra nos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

Local e Data

Nome do Representante Legal
Nº da Identidade

Processo: 0054/2017 Modalidade: Tomada de Precos Nº Modalidade: 2

Anexo IV

DECLARAÇÃO

A empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., com sede à Rua....., nº....., em....., na qualidade de participante da licitação na modalidade Pregão, instaurado por esta Prefeitura Municipal, DECLARA que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente ato convocatório e responde Administrativa, civil e criminalmente pela fidelidade das informações e documentos apresentados.

Por ser verdade, firma a presente declaração

POUSO ALTO. A PUBLICACAO DO EDITAL NAO FOI FEITA

Assinatura do Representante Legal
Conforme Anexo III

Processo: 0054/2017 Modalidade: Tomada de Precos Nº Modalidade: 2

Anexo V

DECLARAÇÃO

A empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., com sede à Rua....., nº....., em....., na qualidade de participante da licitação na modalidade de Pregão, instaurado por esta Prefeitura Municipal, DECLARA sob as penalidades da lei, que não existe fato superveniente e impeditivo contra sua habilitação no presente processo, assim como se obriga a declarar a ocorrência de fatos futuros. DECLARA ainda que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal de 1988. DECLARA também não ser inidônea para licitar e celebrar contratos com a Administração Pública e que está de pleno acordo com as exigências do Edital deste processo.

POUSO ALTO. A PUBLICACAO DO EDITAL NAO FOI FEITA

Assinatura do Representante Legal
Conforme Anexo III

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

Processo: 0054/2017 Modalidade: Tomada de Preços Nº Modalidade: 2

Anexo VI

Proposta de Preços - Comercial

À Prefeitura Municipal de Pouso Alto

1 - Identificação da Empresa:

Razão Social:

Endereço:

Município / UF:

CNPJ:

Fone / Fax:

2 - Planilha / Proposta:

Lote: Lote: 001 Ref. à Requisição 001

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Valor Inicial	Valor Total
1	SERVIÇOS PRELIMINARES - Placa de obra 2,00 x 1,25 em chapa galvanizada modelo MCIDADES, disponível no site www.caixa.gov.br , na seção downloads, assunto Gestão	m2	2.5			
2	Execução de pavimentação da Rua Luiz Carlos da Silva - Trecho B. Santana do Capivari (largura 6,00x14,00 de comprimento) - Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré fabricado, dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos. AF_06/2016_ c/ escav. e reaterro.	m	112.8			
3	Execução de pavimentação da Rua Luiz Carlos da Silva - Trecho B. Santana do Capivari (largura 6,00x14,00 de comprimento) - Execução de sarjeta de concreto usinado in loco, em trecho reto, 25cm base x 15 altura. AP/06/2016	m	112.8			
4	Execução de pavimentação da Rua Luiz Carlos da Silva - Trecho B. Santana do Capivari (largura 6,00x14,00 de comprimento) - Piso em bloco sextavado 25x25cm, espessura 8cm, FCK=35mpa e Assentado sobre colchão de areia espessura 48cm	m2	310.2			

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

Lote: Lote: 001 Ref. à Requisição 001

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Valor Inicial	Valor Total
5	Execução de pavimentação da Rua Luiz Carlos da Silva - Trecho B. Santana do Capivari (largura 6,00x14,00 de comprimento) - Execução de passeio (calçada) em concreto, 12MPA (cimento/areia/seixo rolado) preparo mecânico e espessura de 7cm, com junta de dilatação em madeira e execução de rampa de acessibilidade com piso podotátil, conforme projeto.	m2	135.36			
6	Execução Pavimentação de trecho da Rua Antônio Rodrigues da Fonseca - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 72,50 de comprimento) - Assentamento de guia (meio-feio em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos. AF_06/2016_c/ escavação e reaterro.	m	156			
7	Execução Pavimentação de trecho da Rua Antônio Rodrigues da Fonseca - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 72,50 de comprimento - Execução de sarjeta de concreto usinado in loco, em trecho reto 25cm base x 15 altura. AP/06/2016.	m	156			
8	Execução Pavimentação de trecho da Rua Antônio Rodrigues da Fonseca - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 72,50 de comprimento - Piso em bloco sextavado 25x25cm, espessura 8cm, FCK = 35 mpa e assentado sobre colchão de areia espessura 8cm.	m2	429			
9	Execução Pavimentação de trecho da Rua Antônio Rodrigues da Fonseca - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 72,50 de comprimento - Execução de passeio (calçada) em concreto, 12MPA (cimento/areia/seixo rolado) preparo mecânico e espessura de 7cm, com junta de dilatação em madeira e execução de rampa de acessibilidade com piso podotátil, conforme projeto.	m2	187.2			
10	Execução Pavimentação da Rua Mariana Rabelo Rodrigues - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 166,20 de comprimento) - Assentamento de guia (meio-fio) em trecho, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x20 (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos. AF_06/2016_c/ escavação e reaterro.	m	332.4			
11	Execução Pavimentação da Rua Mariana Rabelo Rodrigues - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 166,20 de comprimento) - Execução de sarjeta de concreto usinado in loco em trecho reto 25cm base x 15 altura. AP/06/2016.	m	332.4			

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

Lote: Lote: 001 Ref. à Requisição 001

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Valor Inicial	Valor Total
12	Execução Pavimentação da Rua Mariana Rabelo Rodrigues - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 166,20 de comprimento) - Piso em bloco sextavado 25x25cm, espessura 8cm, FCK = 35 mpa e assentado sobre colchão de areia espessura 8cm.	m2	914.1			
13	Execução Pavimentação da Rua Mariana Rabelo Rodrigues - B. Santana do Capivari (largura 6,00 x 166,20 de comprimento) - Execução de passeio (calçada) em concreto, 12MPA (cimento/areia/seixo rolado) preparo mecânico e espessura de 7cm, com junta de dilatação em madeira e execução de rampa de acessibilidade com piso podotatil, conforme projeto	m2	398.88			
14	Execução Pavimentação da Rua Dorcas Ribeiro Rodrigues - Trecho - B. Santana do Capivari (6,00 largura x 163,35 comprimento) - Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x20 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para urbanização interna de empreendimentos. AF 06/2016 c/escav. e	m	326.7			
15	Execução Pavimentação da Rua Dorcas Ribeiro Rodrigues - Trecho - B. Santana do Capivari (6,00 largura x 163,35 comprimento) - Execução de sarjeta de concreto usinado in loco, em trecho reto 25cm base x 15 altura. AP/06/2016.	m	326.7			
16	Execução Pavimentação da Rua Dorcas Ribeiro Rodrigues - Trecho - B. Santana do Capivari (6,00 largura x 163,36 comprimento) - Piso em bloco sextavado 25x25cm, espessura 8cm, FCK = 35mpa e assentado sobre colchão de areia espessura 8cm	m2	898.43			
17	Execução Pavimentação da Rua Dorcas Ribeiro Rodrigues - Trecho - B. Santana do Capivari (6,00 largura x 163,35 comprimento) - Execução de passeio (calçada) em concreto 12MPA (cimento/areia/seixo rolado) preparo mecânico e espessura de 7cm com junta de dilatação em madeira e execução de rampa de acessibilidade com piso podotatil, conforme projeto.	m2	392.04			

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

Valor Total Geral da Proposta Digitado por Extenso

3 - Condições da Proposta

3.1 - Prazo de Validade da Proposta: (dias)
(Prazo mínimo de sessenta dias)

3.2 - Forma de Pagamento:

Dados bancários:

Banco Nº: _____ Nº Agência: _____ Nº C/C: _____

Contato:

Telefone: _____ e-mail: _____

Local. assinatura. data e carimbo com CNPJ da empresa.

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

Processo: 0054/2017 Modalidade: Tomada de Precos Nº Modalidade: 2

Anexo VII

Contratante
Juliano Cláudio da Silva

Contratada

Visto: _____

Testemunhas _____

RG _____

Prefeitura Municipal de Pouso Alto

18.667.212/0001-92

Processo: 0054/2017 Modalidade: Tomada de Precos Nº Modalidade: 2

Anexo VIII

DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede à, Nº....., em, na qualidade de participante nesta licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de, DECLARA para todos os fins de direito, estar sob o regime de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP e se enquadra nos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

Local e Data

Nome do Representante Legal
Nº da Identidade